

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL: EXPERIÊNCIAS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Emylle Barros de Almeida Fonseca

Aluna graduanda do curso de Pedagogia - CAMEAM- UERN

Thais Chaves de Oliveira

Aluna graduanda do curso de Pedagogia CAMEAM- UERN

Lívia Sonalle do Nascimento

Prfa. Msnda do Departamento de Educação – CAMEAM - UERN

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a importância do brincar para o desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes de creches e pré-escolas. Para isso faremos primeiramente uma breve retrospectiva da história da infância e da educação infantil a fim de entender suas fortes marcas assistenciais, relataremos também experiências do Estágio Supervisionado I focando principalmente o papel do profissional da área e a intervenção no processo de formação infantil através de brincadeiras. Para tanto utilizaremos como aporte teórico autores como Gomes (2009), Machado (2011), Angotti (2010), Aries (1978) e Kuhlmann Jr.(1998). Usaremos ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) e a Constituição Federal de 1988. O contato direto com a prática torna visível a superficialidade do ensino na Educação Infantil e os resquícios do assistencialismo, mas torna claro também a possibilidade de reinventar e experimentar outras maneiras de agir e de pensar o exercício da docência na Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação infantil. Brincar. Desenvolvimento. Assistencialismo.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é uma etapa de ensino que atende crianças ainda muito pequenas, com idades entre 0 e 6 anos, cujas necessidades são bastantes variadas, desde atenção e cuidados básicos, desenvolvimento social e motor até aspectos cognitivos. Desse modo faz-se necessário um ensino também diversificado, entretanto as creches e pré-escolas ainda assumem um caráter basicamente assistencialista, um tanto desvinculado do processo educativo da criança, fato observado desde os primórdios da Educação Infantil que atendiam somente aos princípios de maternagem, ou seja, cuidados com alimentação, higiene e

segurança física, improvisando assim o papel das próprias mães, já que essas, para que pudessem trabalhar, passaram a deixar seus filhos em creches.

Uma prática meramente assistencial e familiar onde professoras estão resumidas a babás ou tias não satisfaz a atual realidade das creches e pré-escolas e não acompanha o novo significado de infância. A Educação Infantil, por lei, deve ser considerada como a primeira etapa da Educação Básica e proporcionar à criança seu desenvolvimento integral, garantindo sua formação pessoal, social, cultural e intelectual.

Porém durante a etapa de observação do Estágio Supervisionado realizado na cidade Pau dos Ferros- RN essa foi a nítida lacuna encontrada pelas alunas estagiárias na escola-campo: práticas profissionais reduzidas ao cuidar, ausência de atividades realmente preocupadas com a aprendizagem das crianças e o brincar como simples “passatempo”. Nesse sentido, pensando em um ensino que envolvesse as competências necessárias a faixa etária, concretizando assim a qualidade da Educação Infantil e da nossa formação, foi necessário repensar o papel do profissional dessa área, para elaborarmos o projeto de estágio intitulado “Brincando, cantando e contando na Educação Infantil”, e aplicá-lo na creche em questão.

O projeto foi essencialmente baseado na brincadeira como mediadora do saber, seguindo a lógica de que o público da Educação Infantil se desenvolve com maior facilidade a partir de práticas lúdicas, levando em conta ainda o conceito de que a tríade cuidar-educar-brincar não deve se desvincular.

Aprendemos, contudo, que o processo de construção de um profissional qualificado para exercer tal atividade não acaba na formação inicial, a construção de uma identidade que dará sentido ao seu trabalho é fundamental. O reconhecimento de si mesmo, a autonomia, a reflexão com o coletivo, os valores morais e éticos, são fatores chave para a construção dessa identidade, que conseqüentemente irão favorecer a criança condições para se apropriar ativamente do mundo.

CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E DA EDUCAÇÃO INFANTIL

No percurso histórico da nossa sociedade a criança sempre existiu, a infância por sua vez nem sempre. No decorrer dos séculos, como mostra a história, foram surgindo diferentes concepções de infância. Primeiramente, a mesma foi concebida, durante muito tempo, como uma época indiferente, sem características próprias, onde as crianças eram vistas apenas como adultos em miniatura e participavam ativamente das atividades exercidas por tais.

Até o século XVII, a socialização da criança e a transmissão de valores e de conhecimentos não eram assegurados pelas famílias. A criança era afastada cedo de seus pais e passava a conviver com outros adultos, ajudando-os em suas tarefas. A partir daí, não se distinguia mais desses. Nesse contato, a criança passava dessa fase direto para a vida adulta. (ÁRIES, 1978).

Essa concepção vem se modificando ao longo do tempo, passando por diversas fases até legitimar-se. Foi a partir da Idade Moderna que surgiu um novo conceito de infância sob influência da Igreja que pregava que os pais seriam os guardiões espirituais de seus filhos, sendo assim, a criança passou a ser vista como um ser inocente dependente dos cuidados dos adultos, cabendo às escolas o papel de moldá-las. As mulheres por sua vez passaram a auxiliar essas crianças, por apresentar a afetividade de forma acentuada, sendo caracterizadas como babás e tias. Apresentando desta forma um caráter mais assistencialista, onde o cuidar era atributo predominante.

Desta forma, a creche se vincula a história da mulher trabalhadora, caracterizando-se como instituição de substituição do lar materno. A pré-escola por sua vez apresenta-se como um atendimento público sistematizado voltado para a prevenção do fracasso escolar. A junção dessas duas modalidades é o que hoje caracteriza a Educação Infantil.

Mediante essas mudanças a criança passou a ser vista como um ser social e histórico que merece respeito, cuidados, carinho e educação, tornando-se assim um ser de direitos. Dentre os inúmeros direitos designados a criança em determinações legais, com destaque especial a Constituição Federal (Brasil, 1988) através da qual a educação infantil passou a ser considerada como a primeira etapa da Educação Básica. Objetivando proporcionar o desenvolvimento integral da criança pela tríade cuidar-brincar-educar. Assim como, a Lei de Diretrizes e Bases que afirma: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. (LDB 9394/96, art. 29).

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

O brincar é uma atividade bastante importante para o desenvolvimento da criança, pois através desse ato a criança utiliza a sua imaginação e fantasia para buscar reproduzir a sociedade e o mundo ao qual ela está inserida, transformando e produzindo novos significados. Além disso, durante o brincar a criança desenvolve inúmeras aprendizagens, como as noções de cooperação,

ajuda mútua, aprende a se socializar com o outro, melhora a sua visão de mundo, entre outras, o que nos leva a confirmar que brincando também se aprende. O Referencial curricular nacional para a educação infantil (1998) nos diz:

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais. (p.22)

Compreendendo que o brincar se constitui de uma atividade necessária para a aprendizagem da criança, torna-se relevante a inserção de atividades lúdicas no contexto da sala de aula, principalmente durante a infância, pois é na infância que a criança se encontra na maior fase de desenvolvimentos de suas habilidades. Entretanto, é preciso ter clareza de que o brincar pode acontecer tanto de forma livre, como direcionada, ambas de grande importância no processo de aprendizagem, pois independente da forma que se desenvolva, a criança apreende valores e atribui significados a brincadeira e ao mundo em que vive. O Referencial curricular nacional para a educação infantil (1998) diz.

Brincar constituísse dessa forma, em uma atividade interna das crianças, baseada no desenvolvimento da imaginação e na interpretação da realidade, sem ser ilusão ou mentira. Também tornam-se autoras de seus papéis, escolhendo, elaborando e colocando em prática suas fantasias e conhecimentos, sem a intervenção direta do adulto, podendo pensar e solucionar problemas de forma livre das pressões situacionais da realidade imediata. (p. 23)

Por meio da brincadeira a criança utiliza seus conhecimentos adquiridos em seu meio social, ou seja, na família ou na sociedade em que vive, além de que ela irá aperfeiçoar esses saberes, fortalecendo seus laços de amizade e consequentemente aprendendo com o outro no desenrolar da brincadeira. Desta forma, será uma aprendizagem continua onde ambos estarão adquirindo linguagens de mundo.

Assim, percebemos que o brincar pode estar presente no ambiente escolar, havendo aprendizagem entre os que desenvolvem, deixando de ser apenas um passa tempo, algo sem muita importância, mas que proporciona a criança uma aquisição de novos conhecimentos de forma lúdica e divertida.

O PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A profissionalidade específica de educadores infantis não é novidade entre os estudos da área. Sabemos que existem semelhanças entre os professores de crianças pequenas e os demais professores, porém muitos outros aspectos os diferenciam. Como diz Oliveira-Formosinho (2011):

Evidentemente o papel dos professores das crianças pequenas é, em muitos aspectos, similar ao papel dos outros professores, mas é diferente em muitos outros. Estes aspectos diferenciadores configuram uma profissionalidade específica do trabalho das educadoras de infância. Os próprios actores envolvidos na educação de infância têm sentimentos mistos no que se refere à questão de serem iguais ou diferentes dos outros professores, nomeadamente dos professores do ensino primário. (p. 135)

Essas diferenças se dão porque a criança pequena possui especificidades devido a suas características próprias como, por exemplo, a globalidade, que se caracteriza pela forma holística pela qual a criança se desenvolve, ou seja, sua forma de aprendizagem é integrada: o cognitivo, o social e o afetivo não se desvinculam, o que requer um alargamento das responsabilidades das educadoras. (OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2011. P. 136)

A vulnerabilidade, a dependência física, social e psicológica desse ser frágil são outros fatores citados pela autora como características da infância e que requer dos profissionais da Educação Infantil certas particularidades.

Gomes (2009) também trata a vulnerabilidade e a forma global de aprendizagem como especificidades da faixa etária das crianças estudantes da Educação Infantil e as apresentam exatamente como a diferença entre os educadores de crianças pequenas e os demais educadores. Para ela:

O que diferencia a educadora de crianças pequenas dos demais educadores? Parece-nos que essa diferença caracteriza-se pela especialidade da faixa etária das crianças, pela vulnerabilidade da infância, por sua forma global de apreender o mundo e, conseqüentemente, produzir conhecimentos. Ser uma profissional capaz de promover múltiplas interações envolve o acolhimento e a ideia de pertença grupal, a dimensão afetiva, o respeito às necessidades e interesses da criança, aos seus padrões culturais, captando-os para os propósitos do trabalho desenvolvido, a ampliação permanente de seu universo sociocultural, novo dimensionamento para o educar, para o ensinar e o aprender, a permanente reflexão sobre os propósitos que guiam sua práticas, as concepções que dão suporte às ações e, não menos importante, o

estímulo à construção de um processo de identidade profissional que possa conduzi-la a olhar o próprio percurso formativo em uma perspectiva de desenvolvimento profissional. (p. 54)

Assim a característica da Educação Infantil e do seu profissional é promover o desenvolvimento integral em suas diferentes perspectivas, ficando no passado a definição da criança como bibelô que deve ser guardado e depositado em creches enquanto suas mães trabalham. Para além disso, no estágio, observamos a grande necessidade dos professores das creches abrirem seus leque de brincadeiras mediadas (e também não mediadas) como forma a otimizar esse desenvolvimento integral. A aprendizagem e o desenvolvimento motor, afetivo e social da criança dessa faixa etária acontecem mais rapidamente e de forma mais eficaz quando envolve a ludicidade, pois é da própria natureza da criança.

A definição de uma profissionalidade para os educadores infantis deverá considerar o fundamental da natureza da criança que é a ludicidade, entendida na sua perspectiva de liberdade, prazer e do brincar enquanto condição básica para desenvolver infantil, promovendo uma articulação possível entre o cuidar e o educar (...) (p.19)

Nas intervenções realizadas durante o período de estágio percebemos que enquanto brincavam, os gestos das crianças, os sinais, os objetos e os espaços significam mais do que realmente são; ao brincar o ser recria e repensa os acontecimentos que lhes deram origem, sabendo que estão brincando. O brincar expande os horizontes e estimula seu desenvolvimento. Enquanto supõe, brinca, imagina, canta, ouve, conta ou constrói, ele progride e junto a isto ainda pode, de acordo com suas intervenções próprias, controlar suas emoções.

Não é fácil atender as várias especificidades dessa idade, lidar com uma forma global de aprendizagem, com a fragilidade e vulnerabilidade desses alunos ainda tão pequenos. Por esse motivo presenciamos no campo do estágio práticas não condizentes com as necessidades dessa etapa de ensino, a qual acompanhava ainda uma fase assistencial com o cuidar impregnado de forma quase solitária em sua rotina. Porém observando a natureza lúdica da infância torna-se clara a importância da brincadeira como instrumento de aprendizagem e consequentemente os benefícios de assumi-la como prática constante no exercício docente na Educação Infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contato com as práticas das educadoras infantis durante a experiência do Estágio Supervisionado I nos apresentou uma realidade assistencial desvinculada do educar e principalmente do educar baseado na brincadeira e na ludicidade, que são características próprias da natureza das crianças, tornando contraditória a importância da tríade cuidar-educar-brincar no contexto da Educação Infantil. As marcas da história da infância e do surgimento desse tipo de educação ainda estão fortemente arraigadas aos profissionais dessa área, o que nos levou a repensar o seu papel num contexto social e escolar.

Utilizando a brincadeira como mediadora do saber, percebemos que o lúdico voltado para as crianças, facilita a aprendizagem e o desenvolvimento integral nos aspectos físico, social, cultural, afetivo e cognitivo. Enfim, desenvolve o indivíduo como um todo, sendo assim, a educação infantil deve considerar o lúdico como parceiro e utilizá-lo amplamente para atuar no desenvolvimento e na aprendizagem da criança.

A partir dos estudos apresentados aqui, conclui-se, então que a brincadeira e as formas diversas de brincar são partes integrantes de um planejamento de ensino na educação infantil em que o professor apresenta-se como principal mediador e responsável pela gestão das brincadeiras.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, Maristela (Org). **Educação infantil: para que, para quem e por quê**. 3. ed. Campinas/ SP: Alínea, 2010.

ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro. LTC, 1978.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária da Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

GOMES, Marineide de Oliveira. **Formação de professores na educação infantil.** São Paulo: Cortez, 2009.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MACHADO, Maria Lucia. **Encontros e desencontros em educação infantil.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.